

3. Violência, exclusão e inclusão

3.1. Violência

As travestis sofrem violências das mais variadas; por terem seu corpo feminino exposto 24 horas por dia, são passíveis de vulnerabilidade social. Pode-se pensar esta vulnerabilidade a partir do conceito de estigma¹³, que sofrem por causa deste mesmo corpo feminino. No entanto, não sofrem apenas no presente, quando seu corpo já está transformado. Desde a infância, são vítimas de violência doméstica.

3.1.1. Violência doméstica

A violência doméstica (também conhecida como violência intrafamiliar): se divide em:

- Violência psicológica – quando os pais ou responsáveis depreciam a criança e bloqueiam seus esforços de auto-aceitação, diminuindo a sua auto-estima. Formas comuns: desprezo pelas capacidades da criança, ameaças de abandono por parte do responsável, humilhação por palavras, entre outros. Ex: Quando chamam as crianças por designações pejorativas (como *bichinha*, por exemplo), como em caso relatado em *A Princesa* (Albuquerque; Jannelli, 1995);

- Violência física – quando causam dor física em uma criança, através de hematomas, escoriações, queimaduras, entre outros;

- Abuso sexual – ato ou jogo sexual (heterossexual ou homossexual), entre uma criança e um ou mais adultos, para satisfazer os desejos sexuais do (s) adulto (s). Formas comuns: penetração de pênis/ objetos na vagina ou ânus da criança, sexo oral realizado nas crianças ou pelas crianças, obrigá-las a tirar as roupas e

¹³ Conceito criado por Goffman (1988); será descrito mais adiante, nesta dissertação.

ficarem expostas, nuas, entre outros. Para que o abuso sexual ocorra, não é necessário que haja contato físico entre ambos; colocar a criança em situação constrangedora sexualmente já se caracteriza como abuso. Fazê-la assistir filmes eróticos ou se despir também entra nesta lista.

Esta violência tende a ser pior que as outras. Por ser também constituído por uma síndrome do segredo (a criança é coagida a não comentar com ninguém sobre o ocorrido) e adição (pois o agressor, muitas vezes, obriga a vítima a participar de forma ativa do abuso, fazendo com que se sinta culpada pelo ocorrido), é mais difícil de ser revelada. Leva mais tempo para que se possa intervir, como no caso relatado em *Engenharia Erótica* (Denizart, 1998)¹⁴.

A síndrome do segredo se dá quando o agressor ameaça a criança. Há várias formas disto acontecer; uma delas se dá pela ameaça de que, caso a criança conte para alguém sobre a agressão, o agressor venha a matar o pai ou mãe desta criança. Também pode ocorrer caso a criança não se deixe abusar e grite; neste caso, o agressor pode machucar fisicamente ou mesmo matar a criança. Esta fica com medo de que alguma ação sua possa causar a morte de um ente querido ou a própria e termina por manter o segredo sobre o abuso.

Há a forma denominada síndrome de adição. Nesta, o agressor induz a vítima a agir de forma ativa em um abuso. O agressor junta duas crianças e as faz terem relações sexuais, através de carícias e/ou inserções de objetos/ língua no ânus ou na vagina da criança mais nova. A criança maior acaba também sendo, mesmo que induzida, uma agressora. Embora não tenha a noção exata do que está acontecendo e nem das conseqüências (como machucados), a criança entende que algo que fez será inaceitável socialmente e que poderá ser castigada caso outro adulto descubra; fica com medo de contar o que aconteceu.

Por que é errado o sexo entre crianças e adultos?

Os argumentos de que seria errado moralmente, seja porque as crianças podem ser machucadas ou por sentirem desprazer no ato sexual são insuficientes.

¹⁴ Ver o sub-capítulo 2.9.1. desta dissertação.

Não necessariamente as crianças se machucam; muitas vezes, as crianças sentem prazer ao serem tocadas por adultos, em suas zonas erógenas.

São duas as razões de ser errado (Finkelhor, s/d):

- as crianças não possuem o conhecimento que os adultos têm sobre o sexo e suas conseqüências; não sabem sobre gravidez, sobre doenças sexualmente transmissíveis e mesmo não tem idéia do estigma moral que sofreriam, caso se saiba do ocorrido;

- há a questão hierárquica: existe uma desproporcionalidade na relação de poder entre o adulto e a criança. Como a criança é ensinada a sempre obedecer ao adulto, passa a ter grande dificuldade em negar algo a ele.

Em uma entrevista realizada na Lapa¹⁵, a travesti Patrícia relatou que a sua primeira experiência sexual se deu aos quatro anos de idade. Segundo ela, teria se apaixonado por um homem negro (de aproximadamente 18 anos) e conseguira seduzi-lo, tendo com ele uma relação sexual. Provavelmente, a idade relatada está incorreta; a memória do fato, muitas vezes, não é exatamente fiel ao acontecido. Pode haver distorções (o que deve ter ocorrido no caso dela). Penso que o fato realmente existiu, mas com ela sendo um pouco mais velha, com oito anos de idade.

Mesmo que tenha seduzido o homem, em nenhum momento uma relação sexual deveria ter sido consumada (pelos motivos descritos antes). Esse caso apenas mostra a necessidade de um entendimento maior sobre a dinâmica sexual criança/ adulto; para que, em momento algum, a criança seja responsabilizada pelo ato e não o adulto. A criança, mesmo que sedutora, não pode ser responsabilizada ou culpabilizada pela sedução ou pelo ato sexual; afinal, ela é apenas uma criança.

- Negligência (que, em maior grau, se torna abandono) – não-provisão de necessidades básicas das crianças ou a não supervisão dos responsáveis, possibilitando que a criança possa vir a correr riscos. Como exemplos, a

¹⁵ Capítulo 5 desta dissertação.

desnutrição (sem disfunção orgânica determinante presente) e o desinteresse dos pais pelas atividades escolares da criança.

Na infância, a totalidade das travestis sofre a maior parte dessas violências¹⁶. São agredidas fisicamente ou verbalmente pelos parentes, quando demonstram sua homossexualidade. Muitas são abusadas sexualmente por parentes, principalmente primos mais velhos e tios. Sofrem negligência, pois passam a não serem cuidados da mesma forma que os demais irmãos ou irmãs.

3.1.2. *Bullying*

Na escola, sofrem discriminação por parte dos alunos, dos funcionários e mesmo de professores do sexo masculino que, muitas vezes homofóbicos, reificam as ações de preconceito e exclusão. A esta violência continuada, dá-se o nome de *bullying*, sendo algo que ocorre de forma mais freqüente nos recreios e nas salas de aula (quando geralmente são mais sutis, através de sussurros e desenhos que inferiorizam os homossexuais). É interessante notar que os meninos estão mais envolvidos no comportamento agressor do que as meninas (Castro; Abramovay, 2005). Portanto, a escola, ao invés de ser o lugar aonde se ensina sobre a diversidade, acaba por transmitir conceitos (preconceitos) e estereótipos sobre a orientação sexual ‘normal’, com base na binaridade homem/ mulher, tida como a única passível de existência, em detrimento de qualquer outra. Há uma visão pejorativa sobre gays e lésbicas.

A presença constante de expressões lingüístico-identitárias homofóbicas faz com que os agredidos percebam-se como inferiores e/ou doentes: há um sentimento de vergonha, sobre uma sexualidade que parece mal-resolvida, sendo esta idéia introjetada bem cedo em suas vidas. Há a internalização de crenças sobre a promiscuidade inerente a todos os homossexuais, além do uso de drogas por parte deles, por exemplo.

¹⁶ Como relatam Silva (1993), Denizart (1997), Pelúcio (2008), entre outros.

No entanto, há casos de professoras que, possuindo uma postura mais inclusiva, não permitem a violência verbal contra estes alunos. Mas não sabem ao certo como lidar com a situação, ficando suas intervenções a um nível mais pessoal (como conselhos para que se comportem de forma mais ‘masculina’, sem trejeitos femininos, por exemplo), sem um arcabouço teórico para se valer (idem). Até bem pouco tempo atrás, não havia cartilhas específicas sobre o assunto nas escolas (ibidem). Atualmente, algum trabalho neste campo vem sendo efetuado, como as cartilhas do *Papo-Cabeça*¹⁷, da UFRJ. Este projeto vem, de certa maneira, responder a preocupação de alguns docentes sobre como lidar com a questão homossexual nas escolas cariocas. Com a realização, pelos membros do grupo, de oficinas nos colégios e teatralizações de situações de violências contra homossexuais, há a possibilidade de uma abordagem sobre o tema, com alunos e professores; um questionamento sobre a questão da orientação sexual se torna possível dentro dos colégios.

3. 2. Estigma

As travestis são estigmatizadas, isto é, possuem uma identidade deteriorada socialmente. O estigmatizado possui características tão diferentes do que é socialmente aceito, que deixa de ser entendido “como pessoa na sua totalidade, na sua capacidade de ação e transforma-se em um ser desprovido de potencialidades” (Melo, s/d).

Segundo Goffman (1988), o estigma é um atributo deveras depreciativo, tendo sua origem nas relações sociais, nos valores e significações da cultura de cada povo. Estas relações ditam o que é normal ou não, o que está dentro da norma aceitável por esta cultura ou não. Portanto, aquilo que é diferente, considerado fora dos padrões, desviante da norma social, terá um atributo negativo.

¹⁷ Projeto criado em 2003, desenvolvido pela Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola da UFRJ (papocabeça.me.ufrj.br/principal.html).

Porque a criação dos estigmas? Segundo Melo (s/d):

“Alguém que demonstra pertencer a uma categoria com atributos incomuns ou diferentes é pouco aceito pelo grupo social, que não consegue lidar com o diferente e, em situações extremas, o converte em uma pessoa má e perigosa, que deixa de ser vista como pessoa na sua totalidade, na sua capacidade de ação e transforma-se em um ser desprovido de potencialidades. Esse sujeito é estigmatizado socialmente e anulado no contexto da produção técnica, científica e humana” (p. 13).

O próprio indivíduo estigmatizado “tende a ter as mesmas crenças sobre identidade” (Idem, p.16) que os indivíduos da sociedade. Passa a pensar-se como anormal (fora da norma), à margem da sociedade. A pessoa passa a pensar sua identidade como deteriorada, o que a conduz a uma baixa auto-estima, que pode levar a angústia, depressão e isolamento do resto da sociedade. Aqui, Goffmann se coaduna com Bourdieu, que pensa a naturalização da norma agressora pelo próprio agredido, nomeada de violência simbólica (Revista CULT, 2008). Como constatado na fala de uma travesti entrevistada por Larissa Pelúcio (2004):

“É coisa de espírito maligno. É um vício”, conclui. Pega a Bíblia para me mostrar a verdade e promete que irá se livrar desse ‘mal’ com o poder de Jesus. “Deus fez o homem e a mulher pra eles crescerem e se multiplicarem... Me diz, colega, como um travesti pode cumprir os desejos de Deus”, pergunta como quem já sabe a resposta” (p. 151).

Uma desvalorização da travesti, já que sua performance é considerada como pecado ou algo intrinsecamente errado, pode ser constatado na fala de uma

entrevistada: “Jossy conclui que ‘a travesti é obra de Lúcifer... porque travesti topa tudo!’” (Denizart, 1997, p. 27).

Por ser ‘obra de Lúcifer’, a travesti permite que sua identidade seja negativa, passível de punição; esta, então, torna-se aceitável. Há naturalização por parte da própria travesti, da violência sofrida; uma ‘banalização da violência’, segundo Arendt. A autora empregou este termo quando referiu-se ao extermínio de raças (judeus principalmente) nos campos de concentração por burocratas nazistas. É o genocídio daquele que é “diferente” (culturalmente, etnicamente, sexualmente). A banalidade do mal surge quando os seres humanos parecem ser incapazes de pensar o outro e condescem com o sofrimento, quando permitem a tortura e mesmo assassinatos. A banalização da violência (e do mal) se dá, segundo Pequeno (s/d) quando há:

“a coisificação (reificação) do homem, a desumanização dos indivíduos, perseguição/ aniquilamento; exclusão/ marginalização, eliminação de toda qualidade humana superior.”

A travesti sofre todas as discriminações citados pelo autor.

Há duas categorias de estigmatizados (Wollman, 2008): os desacreditados e os desacreditáveis.

O primeiro grupo tem seu estigma evidente, facilmente conhecido pelas pessoas a sua volta. Já o segundo não tem o estigma aparente; as pessoas não o identificam facilmente. Para esses, é comum usar o encobrimento (idem), isto é, o estigmatizado esconde sua situação e pode manipular informações acerca de sua verdadeira identidade. Nesta categoria, estão os homossexuais que não se travestem, que se escondem por trás de uma fachada heterossexual e não revelam seu homoerotismo.

No primeiro grupo, encontram-se as travestis. Elas não têm como ocultar seu estigma (sua aparência física feminina) e, por isso, estão mais vulneráveis a qualquer tipo de discriminação e violência.

No entanto, os processos de estigma são produzidos de acordo com o contexto cultural e da época. Eles podem mudar, já que a cultura é mutável, não estática (Ortner, 1997) e pode absorver valores novos, com o passar dos tempos.

Para se entender melhor os estigmas sofridos pelas travestis, são necessárias cartografias dos processos que compõem a realidade destes indivíduos; através destas, pode-se pensar em problematizações, com o intuito de entender como acontecem, para que possamos desfazê-las.

Desta maneira, poderemos entender como se dá a violência estrutural, isto é, o sistema “de inter-relações que ligam os indivíduos em conjunto” (Seffner, 2004, p. 90). Estas “aditem a prática da violência de forma rotineira” (idem). O conhecimento de como se forma a violência estrutural (com as desigualdades sociais e discriminação dos homossexuais, por exemplo) pode trazer entendimento das vulnerabilidades sociais a que o grupo travesti está exposto, além da estigmatização que sofre. Com este conhecimento, pode-se entender que a violência (que sofrem) não é algo “fundante da vida social, ao contrário do que muitas crenças difundem” (ibidem). A filósofa Hannah Arendt também concorda com este argumento. Em seu livro, *Sobre a violência* (Arendt, 1984), desmistifica esta idéia da violência como fundamental para o poder sobre os grupos.

Na época em que escreveu o referido livro, havia uma tentativa por parte de alguns filósofos de justificar a violência na natureza humana, baseando-se em estudos comparativos com animais. Segundo a autora, todavia, esta constatação no meio animal não significa que o homem se comporte de acordo com as espécies animais; esta agressividade não pode justificar a agressividade humana. Defendia, portanto, que a violência não é natural; tem um caráter instrumental, mas não é necessariamente um potencial humano. A partir do momento que se defende a violência como natural, esta torna-se aceitável sem questionamentos¹⁸.

¹⁸ Como em entrevista registrada na dissertação sobre Violência anti-gay (Silva, 2005, p. 41).

Este parece ser o caso das travestis que sofrem a violência simbólica sem questionarem o fato.

Mas Arendt (2004) não preconiza uma sociedade totalmente pacífica e nem a total recusa da violência (idem). O uso da desobediência civil pode ser justificável, sendo em algumas circunstâncias o único meio pelo qual se obtém a justiça. Ou pelo menos que não ocorra mais injustiças ou mesmo uma violência ainda maior.

No caso das travestis, era notório, até décadas atrás, os cortes violentos que faziam em si mesmas, para não serem levadas para a delegacia policial e lá serem violentadas sexualmente. Era comum travestis que se cortavam principalmente com giletes; fazendo isso, evitavam abusos sexuais por possíveis violentadores ou mesmo de policiais¹⁹. Ao verem o sangue, a libido destes era diminuída, além do medo por possível infecção causada pelo vírus HIV/ AIDS. Era uma maneira possível de serem deixadas em paz, o que geralmente ocorria depois.

Há, portanto, na vida das travestis, todo um histórico de violência e estigma, que culmina na exclusão destes indivíduos, que terminam sendo qualificados quase que exclusivamente com atributos negativos, tendo sua condição de cidadania desqualificada. Isso porque se entende que o indivíduo não nasce excluído; ele torna-se excluído quando é colocado de fora das trocas sociais.

Sua exclusão não ocorre apenas quanto ao desemprego (Peres, 2005). Também aparece na ordem política e subjetiva, já que suas próprias escolhas existenciais são condenadas por quase toda a sociedade (como a escola e a igreja).

¹⁹ Kulick (2008) descreve cenas impactantes de travestis brutalmente violentadas por polícias, em Salvador. Além de apanharem de vários policiais ao mesmo tempo, eram também obrigadas a brigar entre si.

3. 3. Exclusão

Este é um conceito amplo, pois abarca em si uma série de problemas (econômicos, sociais) que se traduzem em várias situações como pobreza, fome e discriminação. Sublinho que não há, entre os pesquisadores, um consenso sobre a que se refere á exclusão.

Costa (1998) propõe várias exclusões sociais possíveis: econômica, social, cultural, patológica (por exemplo, de causa mental, como os distúrbios psiquiátricos esquizofrenia e autismo) e comportamentos auto-destrutivos (como o alcoolismo, por exemplo). Estas exclusões podem aparecer juntas, sendo muitas vezes uma originada pela outra (alcoolismo causado por problemas econômicos, por exemplo).

Para Sposati (1998), a exclusão abarca valores culturais e discriminações, que não passam necessariamente pelo viés da pobreza (como sexo e cor).

Castel (2001) pensa a exclusão não apenas relacionada com o mercado de trabalho, mas com rupturas com instâncias como a família e o grupo social com que se mantinha contato (amigos, por exemplo). Segundo ele, pode haver pobreza sem que haja exclusão social, visto que as pessoas pobres podem, apesar do problema financeiro, manter vínculos com parentes ou amigos na mesma situação:

“rigorosamente falando, não existe exclusão; existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações (...) constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando (apud Haesbert, p. 316).

Castel (idem) prefere utilizar não o termo exclusão social, mas sim *desfiliação* que seria um processo de sucessivas perdas ao longo da vida (família, escola, entre outras) que culminam com a exclusão social. Para ele, há três tipos de práticas excludentes (percebidas ao longo da história humana):

- quando da supressão completa de uma comunidade, como a tentativa de genocídio dos judeus por parte dos nazistas;

- quando da construção de espaços fechados e isolados da sociedade, como os leprosários e asilos para loucos;

- com a existência de algumas categorias da população que seriam classificadas como sendo cidadãos de segunda ordem.

Seja com qual destas ocorrer, há o perigo de que, juntamente com esta “produção de seres humanos sem lugar no mundo” (Oliveira, 1997, p. 58), se perpetue um sentimento de hostilidade aos não-excluídos que chegue a tal ponto de intensidade que possa aparecer uma mentalidade exterminatória. O apogeu seria o extermínio daqueles seres excedentes socialmente; no caso das travestis, seus assassinatos por causa da *homofobia*, principalmente durante a noite, em locais de ‘batalha’ (prostituição). Fatos fartamente documentados nas obras cinematográficas de Wagner de Oliveira.

Oliveira (Caldeira, 2005) pensa uma nova separação, na qual de um lado estão os incluídos e na outra os excluídos. No entanto, questiona a existência de alguém que seja totalmente excluído; segundo ele, todos os indivíduos, de certa forma, estão incluídos na sociedade. Todos estão integrados em um mesmo processo econômico.

Há ainda vários outros pensadores sobre o tema, como Paugam (1999) e Martins (1997). São mais convincentes o conceito de Castel (2001), no tocante à travesti. Ela sofre a *desfiliação*, isto é, perda ao longo de sua vida de vínculos, como o familiar e o escolar; sua condição última é o resultado destas quebras socializadoras durante toda a sua trajetória. E também o de Oliveira (1997); não há ninguém totalmente excluído da sociedade. A travesti pode ser rejeitada, mas está incluída de alguma maneira no sistema social e econômico. Prova disto é a

quantidade de clientes que a procuram nas noites, para programas, além de existirem mesmo mercados especialmente destinados a este público (como uma loja de roupas para travestis, localizada no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro). Mesmo que de maneira precária, há certa inserção das travestis no sistema econômico e social, portanto. Para citar Martins (1997, p. 21), uma forma pobre, insuficiente e mesmo indecente de inclusão.

Portanto, quando escrevo sobre exclusão social (ou *desfiliação*), nesta dissertação, estou usando o termo de acordo com estes dois autores citados (Oliveira, 1997; Martins, 1997).

Mesmo seus parceiros em movimentos sociais, os gays, geralmente tem posturas preconceituosas em relação a estas e geralmente não as aceitam. Por que isso acontece?

Historicamente, os homossexuais sofrem preconceito e exclusão da sociedade (Filho, 2000). Parte dela foi herdada de leituras literais da Bíblia Sagrada, com rejeições aos que praticavam sexo com pessoas do mesmo sexo (Trasferetti, 1999). Somente há pouco tempo, vem tendo conquistas no âmbito social, sendo mais incluídos na sociedade brasileira. No entanto, suas colegas travestis, igualmente vítimas de preconceitos, são ainda mais invisibilizadas que os outros homossexuais. Enquanto há estudos sobre violência contra homossexuais, há pouca documentação sobre aquela sofrida por travestis. Há, por exemplo, uma dissertação na área de Política Social, da UFF, sobre a violência antigay, de Maria Angélica da Silva (2005). A autora entrevistou homossexuais no Rio de Janeiro, da faixa entre 25 e 35 anos; buscou entender as percepções destes indivíduos sobre a violência que sofrem, por causa de sua orientação homoerótica.

Ao realizar uma pesquisa sobre a população travesti, naquela época, percebi que, mesmo em trabalhos acadêmicos sobre violência doméstica, pouco interesse se dava em relação a esta população; quando referente às travestis, apenas se escrevia sobre prostituição, sobre a ‘montagem’ e sobre a sua ‘rivalidade’ com as mulheres. Mas será que suas vidas se resumem a isso? É provável que não. Como entendo que a religião é um aspecto importante na formação subjetiva e social dos

indivíduos (discutirei sobre isso mais adiante), procurei mais informações sobre o tema, relacionado às travestis. No entanto, o que me chamou a atenção não foi um estudo específico sobre o tema; foi, antes, perceber a lacuna que existe sobre a relação entre religião e esta população. Em comunicação pessoal de 2008, a pesquisadora Larissa Pelúcio confirmou, para mim, esta afirmação; o pesquisador Marcelo Natividade (no mesmo ano), também sublinhou esta falta de mais material sobre o tema.

Embora haja alguns livros e artigos (principalmente na Internet) sobre travestis, a maioria as estuda ligando-as à prostituição ou violência, durante programas realizados em locais ermos das cidades. Havia dois livros escritos por antropólogos, Hélio Silva (1993) e Benedetti (2005), e um com entrevistas e fotos de travestis, de Hugo Denizart (1997), focando principalmente sobre seus encontros noturnos com clientes e “maridos”, sobre o cuidado para feminilizar seus corpos (através de cirurgias de rosto, tratamento com hormônios e implante de silicone), além de suas relações com suas mães e famílias. Um resumo destes trabalhos será feito mais adiante. Em pesquisa pela Internet e jornais, também foi constatado que se escrevia, predominantemente, sobre travestis em relação a vida noturna (prostituição) e sobre sua ‘montagem’.

Pouco se falava de travestis, mesmo em Associações de Gays e Lésbicas. Até mesmo entre os gays (que sofrem bastante preconceito), elas eram mal-recebidas, na maior parte das vezes. “Esta parcela da população homossexual talvez seja a mais excluída” (Peres, 2007, p. 41).

Por que elas são tão excluídas, mesmo por seus ‘supostos’ pares? Será que os gays teriam preconceito com quem possui características de outro gênero?

Há cada vez mais travestis no Brasil. Um dos motivos é o acesso a medicação (cada vez mais moderna e eficiente) que permite a transformação corporal de forma mais saudável (décadas atrás, na maioria das vezes, era usado apenas silicone industrial, extremamente tóxico para o corpo humano). Inclusive, a travesti (do jeito que a conhecemos hoje) só foi possível por causa do avanço tecnológico na medicina. Até a década de 60, as travestis eram apenas os homens que se vestiam como mulheres. Com a chegada das pílulas anti-concepcionais no

Brasil, na década de 70, os homens tiveram a oportunidade de moldar seu corpo de forma mais feminina, através dos hormônios femininos (Garcia, 2007). No final dos anos 70, também chegou no Brasil o silicone industrial, inicialmente contrabandeado (Kulick, 2008). As primeiras travestis, hormonizadas e com silicone, só surgiram mesmo no começo dos anos 80. Cada vez mais, tanto o silicone como os hormônios estão sendo aperfeiçoados, para causarem cada vez menos danos ao corpo humano. Quem tem recursos financeiros, consegue acesso a eles, além da realização de cirurgias plásticas (principalmente no nariz).

Além disso, cada vez mais indivíduos aceitam a sua personalidade *trans*²⁰ (diria a sua condição *trans*) e parecem estar mais dispostas a ‘assumir’ sua travestilidade. Criaram-se entidades focadas neste grupo, sendo que no início isto ocorreu por causa da epidemia da Aids, na década de 80, principalmente.

Um exemplo é a ASTRA (Associação de Travestis)²¹, que não existia há alguns anos atrás. Portanto, o número de entidades tende a crescer e se consolidar.

No Relatório Anual do Centro de Referência GLBT (2004), em um ano de atendimento (referindo-se a 2003/2004), foram atendidos 240 usuários, sendo 83 pela Assistência Social, 28 pela Assistência Psicológica, 81 pela Assistência Jurídica e 48 pelo Disque-Denúncia Homossexual (DDH). A grande maioria dos atendimentos feitos pela Assistência Social foi de travestis (78,31%), sendo a

²⁰ *Trans* refere-se a *transgênero*. O termo (do inglês *transgender*), que pretendia englobar tipos homossexuais que não gays e lésbicas, foi abolido por pressão das travestis, que o entendiam como pejorativo (Facchini, 2005). Segundo elas, lembra bastante o termo *transgênico*, que se refere a alimentos alterados geneticamente. No entanto, seu diminutivo *trans* ainda é usado e aceito pelas travestis.

²¹ A ASTRA/RJ é uma “entidade não governamental sem fins lucrativos fundada em 29 de janeiro de 2005 nas dependências do Centro Cultural com a missão de associar e mobilizar Travestis e Homens e Mulheres Transexuais deste estado, objetivando garantir o exercício pleno da cidadania e a igualdade de direitos a esses segmentos” (ASTRA, s/d). A entidade desenvolve várias ações, além de participar em eventos ou projetos que envolvam travestis e/ ou transexuais. Embora já exista um movimento LGBT no Rio de Janeiro, entendeu-se necessária uma organização de travestis e transexuais que, através de ação política, procurasse a garantia de demandas que são mais específicas destes grupos (como o tratamento em caso de problemas decorrentes de injeção de silicone).

procura concentrada em “tentativa de inserção no mercado de trabalho e/ ou serviços, como alternativa de geração de renda á atividade sexual” (Relatório Anual do Centro de RLGBT). O motivo principal pela falta de emprego seria devido á baixa escolaridade e preconceito sofrido ao tentarem buscar emprego formal. Também houve procura para possível encaminhamento a serviços médicos, para tratamento de problemas relacionados ao uso indiscriminado de silicone industrial (que é mais barato), que pode ser danoso ao corpo.

No entanto, os profissionais que as atendem (de um modo geral, assistentes sociais, médicos e psicólogos) não possuem informações precisas sobre o sujeito travesti. Por não entenderem sua subjetividade e mesmo suas demandas específicas (por exemplo, de um tratamento mais adequado no tocante ao silicone) não sabem como lidar com elas. Não há uma capacitação técnica para o trato com elas.

3. 4. Pânico Moral

A resistência á transformação social, pelo medo da quebra das regras sociais, origina “cruzadas morais que tentam reavivar valores e instituições tradicionais” (Miskolci, s/d, p.11). O receio de que as mudanças ameacem as instituições sociais estruturadas (como casamento e família) é de tal ordem que se tornam o chamado ‘pânico moral’:

“consenso partilhado por um número substancial de membros de uma sociedade, de que determinada categoria de indivíduos ameaça a sociedade e a ordem moral (...) esse número considerável de pessoas que se sentem ameaçadas tende a concordar que “algo deveria ser feito” a respeito desses indivíduos e seu comportamento” (Goode e Bem-Yehuda, 2003, p.9).

Com esta finalidade, aparatos de controle social são fortalecidos, com uma condenação ou hostilidade maior ao modo de vida diferente; surgem os *empreendedores morais* (por exemplo, líderes religiosos) que tomam para si a ‘missão’ de combater os ‘heréticos’, através de medidas educacionais e preventivas. Um exemplo são as igrejas protestantes especializadas em curar o homossexual de sua homossexualidade, que seria advinda de forças demoníacas (Miskolci, s/d). Portanto, não se dá mais através da penalização legal e criminalização, quando os homossexuais eram espancados e mortos em espaços públicos, por decisão do Judiciário da época (Foucault, 1977)²².

Um dado interessante é que o pânico moral se dá, geralmente, pela substituição de um assunto por outro. Para defender sua idéia, o empreendedor moral incorpora outro dado, para corroborar sua teoria, já que ela, por si só, não causaria o efeito desejado. Um exemplo nos dias atuais se deu em igrejas protestantes para barrar a Lei de Criminalização da *Homofobia*. Os *empreendedores morais* ligaram a homossexualidade à pedofilia, para convencer seus seguidores a mandar cartas ao Senado para evitar que a lei fosse aprovada (Sardinha, 2008). Ora, não há nenhum argumento comprovado que ligue pedofilia a homossexualidade. No entanto, este argumento desviou a atenção do tema da ‘pretensa’ imoralidade homossexual para ligá-la a algo criminoso, ou seja, o sexo de adultos com crianças, como se os homossexuais fossem pedófilos. Isto ajudou a mobilização dos fiéis nesta questão da *homofobia*. Portanto, temores que já existem na coletividade (pedofilia) foram relacionados a um tema receado pelos empreendedores morais (a homossexualidade e a suposta quebra de valores tradicionais)²³.

²² Um exemplo recente de pânico moral foi o de franciscanos, da Fraternidade de Aliança Toca de Assis. A entidade não aceitou mantimentos arrecadados durante a Semana LGBT de Uberaba, pois tem como premissa não aceitar produtos que venham de gays (A Capa, 2008).

²³ “Historicamente, grupos sociais estigmatizados por sua religião, visão política ou orientação sexual são socialmente representados como um perigo para as crianças. No caso dos judeus, são conhecidas as lendas que usariam crianças em rituais de sacrifício humano. Também é notória a construção da imagem dos comunistas como ‘devoradores de criancinhas’. No caso de homens gays, a imagem de perigo os associa à pedofilia” (Miskolci, s/d).

3.5. Redes sociais e de solidariedade

Há vários relatos de que as travestis, embora excluídas (ou à margem) da sociedade tradicional, estão inclusas em outras redes sociais, criadas por outros excluídos em situações semelhantes (Silva, 1993). Não apenas elas; para suprir suas necessidades, os indivíduos excluídos geralmente criam vínculos em torno de um fim comum, mesmo que não haja laços de parentesco. Assim laços de solidariedade mecânica vêm substituir os laços de solidariedade orgânicas, que para estes indivíduos são fragmentados.

O termo solidariedade, segundo Durkeim, refere-se a algo que liga as pessoas, como uma rede de trocas. Não tem o significado de fraternidade ou ajuda (Wollman, 2008). Durkeim baseou-se na biologia, pensando cada órgão do corpo tendo uma função para a sobrevivência do organismo. Portanto, na solidariedade orgânica, o sujeito faz parte de um todo (a sociedade), sendo necessário para a sobrevivência de seu próximo.

Já a solidariedade mecânica, é uma rede formada não por dependência entre os indivíduos, e sim por um sentimento de amizade ou companheirismo. É nesta rede que as travestis conseguem se inserir.

“A família é uma unidade social que desenvolve múltiplos papéis fundamentais para o crescimento psicológico do sujeito, marcando as diferenças sociais e culturais, mas com raízes universais. Tem uma proposta e propriedades de auto-perpetuação (...) através dos vínculos estabelecidos na família, o sujeito estigmatizado pode encontrar o suporte para a apreensão das suas diferenças, no contexto das semelhanças. Pode relativizar a diferença e acrescentar pontos significativos na sua identidade social, algo diferente no universo das semelhanças (...) A ausência de vínculos inscreve a desordem, a ausência da autonomia e da referência do ser individual no contexto social” (Melo *apud* Minuchin, 1982, p.7).

Melo (1982) explica o papel e a importância fundamental da família na construção e manutenção de uma identidade saudável do indivíduo, mesmo o estigmatizado. Se levarmos em conta que o negro, por exemplo, é um estigmatizado social, este texto explica que, por mais que sofra preconceitos na rua ou na escola, encontra na família o suporte para enfrentar seus problemas. Da mesma maneira, com os estigmatizados por religião. Isso equivale a dizer que nenhum negro é vítima de violência e preconceito em sua família, pelo fato de ser negro; nenhum judeu o é, na família, pelo fato de ser judeu. No entanto, o homossexual o é, pela família, pelo fato de sua orientação homoerótica.

Sem família a quem recorrer, sem amigos, sem educação suficiente para ter um trabalho que possibilite um mínimo de renda, as travestis sentem-se excluídas, isoladas.

A quem então recorrem estas estigmatizadas? A outros nas ruas. No entanto, a necessidade de manter um vínculo com a família prepondera em todos os casos pesquisados de travestis. Todas (o que foi corroborado por Kulick, durante palestra na UERJ, em 2008²⁴) tem como sonho ganhar dinheiro e imediatamente poder comprar uma casa para as suas mães.

Esta necessidade de vínculo é feita, muitas vezes, através de meios financeiros; é a ‘compra’ do carinho dos familiares.

Mas mesmo assim muitas não são aceitas; continuam a ser estigmatizadas mesmo por suas famílias. No entanto, esta necessidade de uma filiação persiste. Elas conseguem certo substituto nas travestis mais velhas, que se tornam suas mães ou madrinhas. É interessante que este fato ocorre mesmo com possível prejuízo para as travestis mais velhas. Afinal, a procura por travestis mais novas, por parte dos clientes, pode prejudicar seus ganhos na ‘pista’. Mesmo assim, há uma acolhida das possíveis futuras rivais.

²⁴ Kulick veio ao Brasil no segundo semestre de 2008, por ocasião do lançamento de seu livro *Travestis*. Participou de várias palestras na cidade, sendo uma delas na UERJ.

Estas, por já terem também passado por esta experiência de repúdio familiar, as acolhem nas pensões em que moram ou que são donas. É verdade que as travestis lhes reembolsam financeiramente; passam a ser suas tutoras e suas cafetinas na prostituição. Mas há também uma relação de afeto e de cumplicidade, advindas de ambas. As cafetinas são aquelas que lhes ensinam (mesmo que não de forma sempre carinhosa) como se comportar; como se vestir adequadamente, a não se envolver com drogas.

As travestis demonstram um enorme respeito (e mesmo medo) delas; pode ser comparado ao estabelecimento de uma relação 'mãe-filha'. Mas não é necessariamente uma relação de afeto mútuo, mas de autoridade e proteção, por parte das novas 'mães'.

Há uma primazia de um conjunto de normas e regulações (visíveis ou não) na formação da identidade e da incorporação do feminino (Guaraldo, 2007, p. 671). Há signos que são apreendidos socialmente para que se estabeleça uma identidade travesti. Muitos são passados por suas madrinhas. Mas também pelas outras travestis com quem convivem na 'pista'.

Se concordarmos com Durkeim (Wolmann, 2008), de que a solidariedade reclama uma organização apropriada, podemos entender o porquê da organização das travestis nas pistas. Embora, para alguém que por lá passe, pense que não há regras. Mesmo na 'pista' há regras bem definidas; desde a ocupação de qual parte do território, passando pelo jeito como as travestis devem se comportar e com quem será injetado silicone.

Caso a travesti invada o local de outra, sofrerá sanções, por parte das demais travestis. Não são poucas as ocasiões em que brigam entre si por causa de espaço. Outro motivo de desavenças diz respeito aos maridos e aos seus 'vícios' (garotos na faixa de dezoito anos com quem costumam ter relações sexuais esporádicas). Deve haver um respeito mútuo entre elas; uma não pode paquerar o marido das outras. O receio das travestis não é de que o marido as abandone em detrimento da outra, mas sim de que estes tenham relações sexuais de forma passiva com as demais travestis. Isto seria uma desmoralização muito grande, ao tomarem conhecimento de que seus homens passaram para o lado feminino. Para elas, o

homem só é masculino enquanto ativo; caso seja passivo, passa a ser desvalorizado, virando uma ‘maricona’²⁵.

Também ao que se refere ao silicone, parece haver regras que indicam com qual bombadeira será feita a feminilização do corpo; para ser aceita no local, devem fazer a injeção de silicone com determinada bombadeira e não outra.

Além da ‘pista’ e de guetos onde se reúnem (como nas pensões), poucos lugares de acolhimento aonde existem. Geralmente em ONGs apenas. Nos outros locais, são desvalorizadas e sofrem todo tipo de violência: risinhos, deboche, entre outros. Geralmente, não tem os direitos civis respeitados, como o de ir e vir livremente. Evitam, na maioria das vezes, sair as ruas de dia. Como no caso do relato da travesti Carol de Castro (IParaíba, 2008), que fala de travestis que, por receio de alguma violência, pagam a garotos (geralmente moradores do mesmo prédio) para comprarem mantimentos ou algum outro produto para elas, em mercados ou alguma outra loja.

Quando elas mesmas decidem sair às ruas, durante o dia, muitas vezes se vestem de *boys*, isto é, de forma a parecerem garotos. Nestas ocasiões, usam bonés, camisas largas e calça comprida.²⁶ Tudo que puderem fazer para evitar preconceitos e desrespeito.

Há aquelas que ainda eram aceitas enquanto não estavam hormonizadas. Quando passam a se identificar mais como travestis, sofrem preconceitos até mesmo de quem as conhecia antes, como se encontra na fala de travesti Pérola (Peres, 2005), quando:

²⁵ ‘Maricona’ é uma “espécie de xingamento, de ofensa dirigida a certos tipos de homens” (Pelúcio, 2007, p. 87); refere-se aos indivíduos “que passariam por ‘homens de verdade’ na vida pública, mas que na privacidade das práticas sexuais escapariam para o desprestigiado pólo feminino, ‘virariam’ (viados)” (idem). Seriam aqueles que procuram as travestis para ter uma relação ‘passiva’.

²⁶ Benedetti (2005, p. 68-69) identificou três tipos de vestimentas usadas pelas travestis: a de boys, a de ‘batalha’ e a de festa, usadas em concursos de beleza.

“Relembra com muita tristeza que nesta época, devido a sua escolha pessoal, houve a perda de um amigo de quem gostava muito, que era gay assumido, mas que tinha preconceito com travesti, e que se afastou dela. Essa experiência, da perda de um amigo querido, foi, segundo Pérola, uma experiência terrível que foi experimentada como uma ação de violência, lembrando de suas próprias palavras: ‘Fulano, pelo amor de Deus, para com essa história de virar travesti, porque senão eu deixo de ser seu amigo, eu deixo de sair com você. Você não percebe que você está ficando louco’” (p. 171).

Mas no caso das travestis, estas normas podem ser fluidas, assim como o é a sua condição *trans*. Mesmo entre as travestis, não há um consenso sobre quem são elas, qual sua identidade; também não há consenso sobre como devam se comportar. Isto varia de localidade para localidade.

Por exemplo, Kulick (2008) relatou que o roubo de clientes era comum em Salvador; todas as travestis furtavam objetos e dinheiro de seus clientes. Além disso, todas as entrevistadas faziam algum tipo de escândalo, após o final das relações sexuais com os clientes. Muitas iam para a porta dos apartamentos e ameaçavam gritar, xingando o cliente ou nomeando-o como ‘passivo’, para que ele, envergonhado, pagasse a mais pelo programa (embora já tivesse pago o combinado). Isto era fato rotineiro e mesmo incentivado pelas travestis há mais tempo na ‘batalha’. Em conversa com elas, Kulick relatou que estas mesmo ficavam surpresas com a volta freqüente de clientes que haviam sido roubados (p. 70-71); mesmo assim, continuavam a fazer programa com elas.

No Rio de Janeiro, no episódio do envolvimento do atleta de futebol Ronaldinho com travestis, em 2008, muitas se posicionaram contra o fato da suposta extorsão. Defenderam um código de ética, no qual o cliente não poderia ter seu nome revelado; uma das defensoras mais veementes foi a presidente da ASTRA-Rio, Majorie Machi²⁷. Mesmo as travestis com quem conversei

²⁷ A ASTRA/RJ tornou pública uma carta, em 2008, que pode ser acessada no site www.astra.com.br.

informalmente, disseram que foi anti-ético da parte das travestis e que este fato só denegria a imagem destas. Havia algumas sim que extorquiam; mas defendiam que não era algo aceito ou estimulado pelo grupo. Os furtos afastariam os clientes cariocas; o que parecia não acontecer em se tratando dos de Salvador. Portanto, algo recorrente em uma comunidade (Salvador) parece não ser em outra (Rio de Janeiro).

Nos relatos de Neves et al (2007), também há uma diferenciação sobre o comportamento das travestis. As que ‘batalhariam’ em determinada parte da rua seriam ladras e não se comportariam de maneira ideal; já as que ‘batalhavam’ na parte de cima, seguiriam uma ética diferente e não furtariam. Outro ponto importante é que as travestis não compactuam todas com a noção de uma mesma identidade para elas. Para a maioria, segundo Benedetti (2005), travesti será aquela que coloca silicone; as que não colocam, não seriam travestis ‘genuínas’. Já, segundo travestis entrevistadas por Duque (2005), para ser travesti não é necessário silicone; e sim o fato de sentir-se e de portar-se como mulher.

Também há certa confusão sobre a diferença entre travestis e transexuais. A idéia predominante é que, o que as difere, é a vontade ou não de realizar a cirurgia de mudança de sexo²⁸.

No entanto, a travesti tem vontade de ser travesti, como enfatizado por Majorie Machi, em palestra no Pré-Congresso da UERJ (2008). Não almeja ser mulher, nem homem. A travesti almeja esta ambigüidade; quer manter o pênis e não se sente uma mulher.

Já as transexuais são aquelas que dizem, desde cedo, sentirem-se mulheres. Portanto, não desejam ser travestis; desejam ser mulheres. Muitas delas inclusive têm uma relação de ódio ou nojo com o pênis; muitas não o reconhecem como parte integrante de seu corpo. Por isso, adotam a cirurgia como uma meta, para anularem de vez o último grande traço masculino de seus corpos.

²⁸ Como percebido nas falas dos entrevistados religiosos e leigos, no capítulo 5 desta dissertação.

O que causa confusão é que as transexuais, enquanto não realizam a cirurgia de mudança de sexo, estão na condição de travestis; algumas, também não se decidiram ainda se preferem a condição de transexual ou a travesti.

Esta confusão identitária faz com que seja mais difícil, por profissionais de saúde e pelo público leigo, o conhecimento de quem são; com isso, fortalecem-se estereótipos, geralmente negativos, sobre elas e que não correspondem à realidade. Em entrevista concedida pelo Pastor Gladstone (2008), por exemplo, foi relatado que havia duas travestis que freqüentavam a sua Igreja. Após minha explicação sobre a diferença, passou a nomeá-las transexuais. No entanto, no decorrer da entrevista, novamente as chamou de travestis. Nem mesmo quem lida com elas, às vezes, sabe exatamente sobre sua identidade; parecem não saber bem a distinção entre travestis e transexuais.

Kulick ressaltou o fato desta ‘confusão identitária’ em palestra na UERJ, em 2008²⁹; discorreu sobre a dificuldade de um enquadre nosológico, que permitisse um maior entendimento destas. Reforçou que este fato fazia com que fosse difícil um movimento político delas que fosse mais abrangente e mesmo que tivesse respostas mais efetivas. Citou os jornais, por exemplo; muitos se referiam a elas usando o artigo *os*, enquanto alguns o artigo *as*. Mesmo no meio acadêmico, percebo esta dificuldade; alguns professores as nomeiam como *os* travestis, e alguns como *as* travestis. O que é incorreto; *as* travestis são homens que mudam para o pólo feminino; já *os* travestis são mulheres que se posicionam no pólo masculino. Além disso, a confusão sobre classificarem as transformistas e *drag queens* como travestis ainda persiste de forma grande, mesmo que no nível acadêmico.³⁰ Por isso, minha escolha em distinguir os tipos homossexuais *queer*, no início desta dissertação, para evitar quaisquer mal-entendidos.

²⁹ Palestra realizada em 21 de maio de 2008, com o título de ‘Causing a commotion’,

³⁰ Esta confusão se deve ao fato de que, até a década de 70, qualquer homem que vestisse roupas femininas era nomeado travesti. As chamadas travestis, de hoje em dia, hormonizadas e com silicone, só apareceram no final da década de 70. Mas o costume de nomear todos que se vestem como mulher, como sendo travesti, ainda é comum.

3.6. Guetos e territórios

Há certa discussão nos meios acadêmicos sobre o gueto (Duque, 2005); principalmente acerca de seu aspecto negativo, já que delimita o espaço de transição entre os excluídos. Concordo com isto, mas penso que é fundamental que existam, durante algum tempo. Isto porque, enquanto a sociedade não conseguir mudar seus preconceitos, é um espaço que permite que os excluídos sobrevivam de alguma maneira, podendo expressar sua identidade sem maiores coibições (Haesbert, 2004, p. 361).

No caso das travestis, há uma ‘ditadura da noite’. Este espaço só é seu durante determinado tempo (noite). De dia, estes mesmos espaços lhes são proibidos. Portanto, não funcionam da mesma forma que os guetos históricos, como o de Varsóvia ou dos leprosos brasileiros ³¹. Estes eram validados pelo Estado; havia um espaço demarcado para a população excluída, que ali podia viver durante todo o tempo, e não apenas em determinado momento do dia ou noite. Os guetos, portanto, eram espaços que separavam os ‘de dentro’ e os ‘de fora’ (Haesbart, 2004). Nas ‘pistas’, há uma precária territorialização, já que existe uma reclusão socioespacial (Haesbart, 2004, p. 372).

³¹ O gueto de Varsóvia foi criado para os judeus na Alemanha, na época da I Guerra Mundial. Havia muros em volta do gueto e sentinelas no portão de entrada. Dentro, não havia a violência do resto da sociedade; havia certa ‘segurança’ para os judeus, dentro dos muros. Não havia o contato com os ‘de fora’; os excluídos judeus só mantinham contato com aqueles quando saíam para trabalhar, ao amanhecer. Os guetos dos leprosos (segundo o mestrando Marcelo Martins, em palestra realizada na PUC-Rio, em 2008) eram semelhantes. No entanto, foram idealizados para que os leprosos não saíssem de dentro dos guetos em momento algum. Eram construídos em locais remotos do Brasil; possuíam igrejas e comércio próprios; até mesmo a moeda que lá circulava não tinha valor fora do leprosário. Os excluídos nem mesmo saíam para votar; havia agentes do governo que pegavam suas identidades e votavam por eles, devolvendo-as depois.

3.6.1. Guetos LGBT

Os guetos das travestis já são diferentes; não possuem esta peculiaridade que difere os que são “de dentro” e os que são “de fora”. Elas não possuem neste sentido um território próprio, legitimado pelo governo ou mesmo pela sociedade. Sua pertença se dá quando estes territórios não são de valia para a sociedade; são as ruas escuras e os becos desertos. Há também outros locais isolados, como o caso do Museu do MAM, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro ³². De dia, respeitado centro cultural, com exposições de artistas (músicos, escritores, pintores) nacionais e internacionais. À noite, no entanto, transforma-se em local aonde ocorrem orgias ao ar livre, geralmente de 1h até 4h da madrugada. Orgias homossexuais geralmente, aonde os excluídos se encontram. Geralmente, os “atores” são os mais excluídos; as travestis mais velhas e menos ‘femininas’, os homossexuais mais pobres e que têm raras oportunidades de flertar, que não aquelas horas da madrugada.

No entanto, não há unanimidade, entre o público LGBT, sobre os guetos; muitos homossexuais os rejeitam (MacRae, 2005). Para eles, são espaços de segregação, de não-inclusão. No entanto, mesmo sendo assim, são pelo menos espaços possíveis enquanto uma maior democratização dos territórios não for feita. Nestes guetos, há possibilidades concretas de vivência identitária homossexual que não seria possível fora dali; estas vivências podem cristalizar uma identidade, até o ponto em que o excluído se sinta apto a conquistar outros espaços.

Na década de 1090, era muito conhecido um local de Botafogo (bairro da zona sul carioca), no cruzamento das ruas Visconde Silva e Real Grandeza, como sendo o ‘Baixo Gay’. Um espaço que se resumia a aproximadamente um quarteirão, era formado por boates e barzinhos com a temática homossexual. Nas noites de sexta-feira e sábado, dezenas de homossexuais, das várias vertentes, se reuniam ali para conversar, para flertar e mesmo para ter relações sexuais, já que

³² Estes dados apareceram na fala de duas travestis, por mim entrevistadas, em 2008.

havia quartos especialmente reservados para isso. Era tamanha concentração de pessoas, que havia dificuldade para passar de carro pela rua, visto que a multidão ocupava, além dos estabelecimentos, as calçadas e a rua.

Atualmente, não existe mais o Baixo Gay; os bares especializadas para o público LGBT estão fechados. No entanto, foi este gueto em particular que propiciou o surgimento do Disque-Denúncia Homossexual. Foi ele que permitiu um sentimento de pertença a uma comunidade e uma auto-estima necessária para se evitar as agressões homofóbicas e efetivamente criar um projeto social novo. Fato parecido aconteceu nos EUA, em 1968: foi o conhecido movimento de Stonewall. Este bar estava localizado em um gueto gay; era comum, no entanto, que os homossexuais ali presentes sofressem violência por parte dos policiais, que ali invadiam com a desculpa de procurarem por drogas em estabelecimentos.

No entanto, em certa noite de junho, houve o funeral da atriz americana Judy Garland (Johnson, s/d), protagonista de um dos filmes mais conhecidos de Hollywood, *O Mágico de Oz*. A personagem que interpretou, Dorothy, ficou famosa por cantar *Over the rainbow*, cujo tema era o de um tesouro embaixo do arco-íris. Ela era um ícone da comunidade gay; milhares de homossexuais se reuniram em seu enterro (que foi realizado nos arredores do bar Stonewall). Talvez, por ter a temática do tesouro no final do arco-íris na canção-título do filme, tenha remetido a população gay da situação desejada de aceitação da diversidade. Não por coincidência, é justamente o arco-íris o símbolo internacional do movimento LGBT: a junção de todas as cores num só fenômeno, simbolizando a sociedade, formada pela diversidade sexual.

Naquela noite, havia centenas de homossexuais nos arredores do bar. Com esta força numérica, conseguiram criar estímulos para não aceitar a violência sofrida e revidaram. O tumulto durou todo o fim-de-semana. Este foi o estopim para entenderem que possuíam uma força numérica expressiva e que podiam não ser violentados; mais que isso, que podiam ser respeitados. Deste movimento de resistência, surgiram as primeiras Paradas de Orgulho Gay americanas (idem), que inspiraram outros países, inclusive o Brasil.

3.6.2. Na 'pista'

Segundo Haesbaert (2004, p. 344), o homem é 'um animal territorializador'. Portanto, tem necessidade de possuir algum território; pode produzir e habitar vários territórios. Com as travestis, não é diferente; há uma necessidade de pertença não somente a um grupo social, mas também a um território.

No entanto, para as travestis, são reservados apenas territórios que são espacialmente fragmentados; refiro-me aos locais em que fazem 'programa', denominados de 'pista'. São fragmentados porque não são únicos delas; geralmente, tem que dividir seus territórios com prostitutas mulheres e barraquinhas de vendas. Além disso, também há a fragmentação temporal; esses espaços são seus apenas à noite/ madrugada, não podendo sê-lo durante o dia, quando são territórios de outros atores sociais que não lhes permitem a estadia. É a 'ditadura da noite'; há um campo demarcado no qual podem transitar (às vezes não tão livremente), mas que lhes é delegado apenas durante um período de tempo.

Ainda segundo Haesbart (2004), há o fenômeno do multipertencimento. O homem pode pertencer a vários territórios: o bairro aonde mora, o clube que frequenta ou o prédio no qual trabalha. Para as travestis, este multipertencimento é vedado; pelo menos no espaço concreto. A elas, cabe apenas o espaço da 'pista', apenas a noite. Durante o dia, parecem desaparecer; refugiam-se em pensões antigas e pobres. Há, no entanto, a possibilidade de existência nos territórios virtuais, em que não há espaço físico delimitado: a Internet. Percebe-se cada vez mais travestis ocupando páginas de blog, Orkut e chats de conversa on-line. Mesmo contatos com possíveis clientes para eventuais programas, têm aumentado via-internet. No entanto, isto é muito pouco, para qualquer ser humano. Há uma necessidade de conquistar novos territórios.

O território da 'batalha', nomeado de 'pista', constitui-se na delimitação e apropriação de um determinado espaço (geralmente alguns quarteirões de uma rua). Estas demarcações não são formais; existem de forma simbólica, durante determinada parte do dia. Neste território, desenvolvem-se laços afetivos entre os

excluídos, formando uma identidade cultural de determinado grupo; aprendem as posturas do grupo, os modos gestuais, como reconhecer e interpelar os possíveis clientes. Este gueto em que vivem seria então transformado em território; o estigma que sofrem passaria a ser orgulho (Louro, 1996, p. 542).

Ocorre uma dinâmica que é peculiar do grupo; embora não se perceba claramente, estes territórios são marcados por uma espécie de ‘campo de força’, que delimita um grupo interno que tem identidades coesas, em relação a grupos externos. As travestis não possuem identidades tão coesas assim, mas possuem uma identidade mais ou menos identificável, dentro de alguns parâmetros, como o modo de se vestir, de agir, de falar. Há laços identitários, com um conjunto de normas tácitas de conduta para quem vive nos territórios. Para participar, o indivíduo deve ‘aderir a um sistema de valores produzidos culturalmente, um conjunto de normas identitárias para cada território’ (Louro, 1996, p. 543). Cada indivíduo deve agir de acordo com as regras instituídas, embora elas sejam, muitas vezes, conhecidas apenas pelas travestis.

Na ‘pista’ é possível que a travesti estruture sua identidade *trans*, no contato com outras travestis:

“A identidade forma-se num processo de socialização, por meio do qual o sujeito se integra num determinado sistema social através da apropriação de ‘generalizações simbólicas’ (idioma, visões do mundo, regras de comportamento etc.) Nesse processo, é fundamental que o indivíduo aprenda a interiorizar ou internalizar essas estruturas simbólicas” (idem, p. 545).

A formação da identidade *trans* se dá, então, quando há a interação da recém-travesti com outras.

Portanto, estes locais de prostituição não são apenas locais aonde conseguem renda; é também aonde há a sociabilidade, a possibilidade de trocas amorosas e matrimoniais, e aprendizado do ser *trans*.

A ‘pista’ é um dos poucos locais em que as travestis conseguem ser admiradas e elogiadas (Kulick, 2008, p.21). Em outros locais, geralmente são humilhadas ou expulsas (como em mercados ou shoppings). É durante a ‘batalha’, que elas conseguem a realização de serem apreciadas e desejadas; os homens que as rejeitam durante o dia, em outros espaços, são aqueles que ‘sob o manto anônimo da rua, ocultos no interior dos carros, em becos escuros ou em quartos de hotel (...) podem elogiá-las’ (Kulick, 2008, p. 21).

São locais fundamentais no processo do travesti construir-se:

“É apenas na prática da prostituição que elas conseguem um tipo de organização grupal capaz de ser reconhecida e identificada socialmente. Embora haja organizações não-governamentais em que a participação das travestis ocorre, a visibilidade do grupo é constituída pelos espaços apropriados pela atividade da prostituição” (idem, p. 31).

Há uma lógica nesta fala; até o presente momento, os locais de ‘batalha’ são aqueles em que se legitimam as travestis. Há um interdito em relação à sociedade heteronormativa, que impede sua aceitação na sociedade. No entanto, elas são objeto de desejos proibidos, por parte de indivíduos desta mesma sociedade que interdita; é aí que se legitimam, que tem seu papel mais ativo.

Mas esta constatação pode ter efeito negativo; pode-se pensar que este espaço é o único para elas, enquanto outros não seriam. No entanto, não é o único. Podem ser criados outros espaços em que as travestis possam se socializar de maneira diferente.

Pois o espaço da prostituição também é um espaço de exclusão, de não garantia, de marginalidade; e a marginalidade mata. Mata porque não existe um aparato de proteção que as salvguarde de qualquer tipo de violência.

3.6.3. Humanização e simpatizantes

A maioria das mudanças sociais nas vidas das travestis foi realizada pelas relações interpessoais que estabelecem com as pessoas que passam a conhecê-las; ao aproximarem-se delas, passam a entender suas realidades. Passam a vê-las como seres humanos e não mais tanto como as caricaturas estigmatizadas que são veiculadas pela mídia ou pela tradição homofóbica. Como aponta Peres (2005):

“(...) podemos perceber relações mais afetivas e respeitadas para com a comunidade travesti, estabelecendo novos diálogos e novas impressões a respeito do modo de vida travesti, na medida em que alguns familiares, amigos e pessoas ligadas às esferas da educação, da saúde e outros setores sociais, passam a respeitar esses modos de existência” (Peres, 2005).

Um exemplo que foi presenciado por mim foi o da fala de Alexandre Bortolini (coordenador do *Projeto Papo-Cabeça*, da UFRJ), quando da mesa-redonda promovida pela UFRJ (realizada na sede do Teatro do Oprimido, na Lapa) em dezembro de 2008. Ele teceu elogios públicos à travesti Majorie, presente no evento; falou sobre sua excelente atuação como professora durante aulas, em escolas públicas, que versavam sobre a diversidade sexual (como parte do *Projeto Papo-Cabeça*, da UFRJ). Teriam sido, segundo ele, as melhores aulas

ministradas no segundo semestre de 2008. Outros participantes do grupo concordaram com ele.

Outro exemplo pode ser visto no livro *Toda Feita* (Benedetti, 2005). Neste, há o relato de um policial que, a princípio homofóbico, passa a conhecer travestis nas noites. Com o tempo, percebe sua humanidade e passa mesmo a dar dinheiro para que elas comessem sanduíches, durante o período em que se prostituíam.

Como relata a médica de família, Valéria Romano (2008), que trabalhava com travestis na Lapa: há uma modificação de comportamento em relação às travestis, depois que se passa a conhecê-las. A médica é responsável por um grupo de estudantes de medicina, da Universidade Estácio de Sá, que se encontra com as travestis, uma vez por semana, para tratamento e prevenção de DST. Há alguns relatos de estudantes sobre o ocorrido. Um deles:

“Elas tem tantas dúvidas sobre saúde, pareceram tão interessadas em tirar dúvidas. Pensava que viviam mais largadas, que não ligassem para nada, me senti útil. Foi bom”

Quanto mais desinformação sobre elas, maior será o preconceito (Peres, 2005); por isso, a relevância de cada vez mais estudos sobre esta população, que envolvam não só o aspecto da prostituição e outros já relatados, mas também aspectos que permitam a conscientização da humanidade das travestis.